

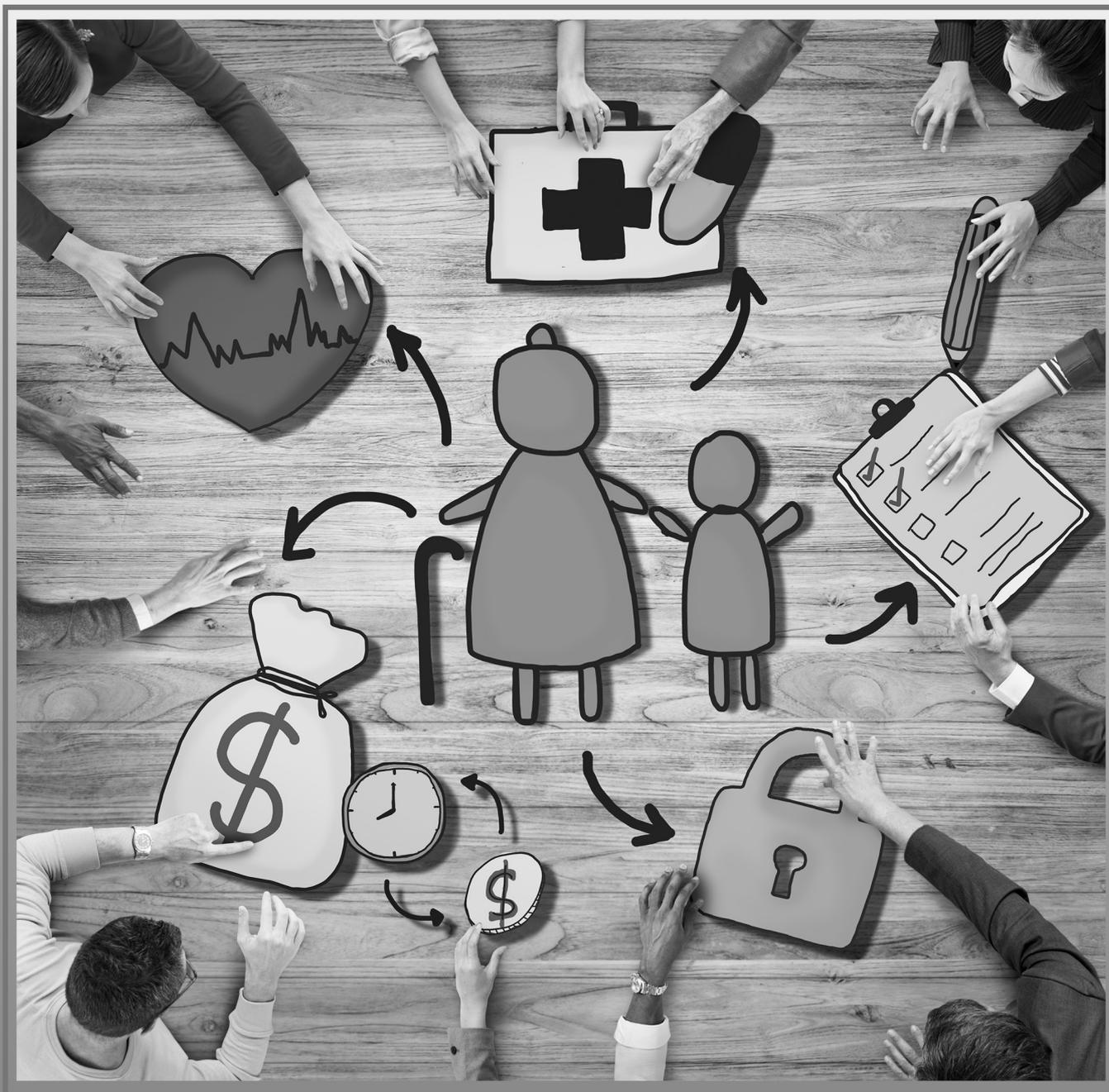


Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

4

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 4 [recurso eletrônico] /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-234-0

DOI 10.22533/at.ed.340202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: ASPECTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO FAMILIAR	
Eugênia Aparecida Cesconeto	
Monica Pereira	
Wanderléia Pereira Gomes Gaidarji	
DOI 10.22533/at.ed.3402029071	
CAPÍTULO 2	11
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES FRENTE A MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES	
Jociane Souza da Silva	
Rodrigo de Oliveira Bastos Trotta	
Victor Tavares Batista	
Simone Silva	
Bruno Xavier Campos	
DOI 10.22533/at.ed.3402029072	
CAPÍTULO 3	21
A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E AS FACÇÕES DO TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA	
Alice Mendes Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3402029073	
CAPÍTULO 4	29
RESPONSABILIZAÇÃO ESTATAL E ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO: UM OLHAR AO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	
Franciele Theves da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.3402029074	
CAPÍTULO 5	42
O TRABALHO INFANTIL E O TRÁFICO DE DROGAS: UMA RELAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS	
Luciano Aparecido Pereira Junior	
Regina Célia de Souza Beretta	
DOI 10.22533/at.ed.3402029075	
CAPÍTULO 6	54
PROTOCOLO TÉCNICO-OPERATIVO DE ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS NA REDE SOCIOASSISTENCIAL	
Marlí Elisa Nascimento Fernandes	
Ilka de Fátima Santana Ferreira Boin	
Maria Lúcia Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.3402029076	
CAPÍTULO 7	66
FAMÍLIAS COMO FOCO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
Ana Paula Ferreira dos Santos Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3402029077	

CAPÍTULO 8	76
FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL: NO DESAFIO DO FORTALECIMENTO DAS REDES PRIMÁRIAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	
Débora Holanda Leite Menezes Maurício Caetano Matias Soares	
DOI 10.22533/at.ed.3402029078	
CAPÍTULO 9	87
A PERCEPÇÃO DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS A PARTIR DA ATUAÇÃO EM ENTIDADE SOCIOASSISTENCIAL NO RIO DE JANEIRO	
Patrícia Quinto Santos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3402029079	
CAPÍTULO 10	99
PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MÃES ADOLESCENTES ATENDIDAS NA “ALA SANTANA” – MATERNIDADE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
Amanda dos Santos Silva Midiã Olivia Bentes Sant'ana Priscila Elen Souza Oliveira Yasmin Thais Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34020290710	
CAPÍTULO 11	112
RECORTES SÓCIOS HISTÓRICOS DAS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE CAPITALISMO	
Francisco das Chagas dos Santos Alves Aldení Gomes de Araújo Júnior Luan Alexandre da Silva Dantas Vanessa Amancio da Silva Hiorrana Larissa da Silva Flaviana Fernandes Martins Mariana Dantas Maria do Rosário Santos	
DOI 10.22533/at.ed.34020290711	
CAPÍTULO 12	122
O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: ALGUMAS EXPLICAÇÕES TEÓRICAS	
Jailma da Costa Batista Ranyellen Félix de Souza Felicidade Dayana Monteiro Dias Andressa Cassiano de Araújo Francely dos Santos Moura	
DOI 10.22533/at.ed.34020290712	
CAPÍTULO 13	132
TRÁFICO DE DROGAS E O CRESCENTE APRISIONAMENTO DE MULHERES NO BRASIL	
Gláucia Maria Ribeiro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.34020290713	
CAPÍTULO 14	141
DESCOBRINDO A DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER	
Maria Auxiliadora de Castro Coutinho	

CAPÍTULO 15	149
MULHERES QUE COMETEM CRIMES: VÍTIMAS OU CULPADAS? AS MARCAS DA INSERÇÃO FEMININA NO SISTEMA PRISIONAL	
Priscilla Brandão de Medeiros Kaedna Coleta Araújo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34020290715	
CAPÍTULO 16	161
ENTREGA VOLUNTÁRIA EM ADOÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SANTO AMARO	
Ana Lucia Oliveira Ramos Michelle Cavalli	
DOI 10.22533/at.ed.34020290716	
CAPÍTULO 17	175
ENVELHECIMENTO, TRABALHO E APOSENTADORIA: EXPECTATIVAS E PLANEJAMENTO PARA A VIDA PÓS-TRABALHO	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.34020290717	
CAPÍTULO 18	193
ENVELHECIMENTO E A PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.34020290718	
CAPÍTULO 19	205
O BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO IDOSO: DO RECONHECIMENTO À NEGAÇÃO	
Pamalla Sheron Gomes de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.34020290719	
SOBRE A ORGANIZADORA	215
ÍNDICE REMISSIVO	216

CAPÍTULO 11

RECORTES SÓCIOS HISTÓRICOS DAS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE CAPITALISMO

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 08/04/2020

Mariana Dantas

Caicó-RN

<http://lattes.cnpq.br/9413479209342700>

Maria do Rosário Santos

Caicó-RN

<http://lattes.cnpq.br/2689287302116706>

Francisco das Chagas dos Santos Alves

Faculdade Católica Santa Teresinha

Caicó-RN

<http://lattes.cnpq.br/8767963675324045>

Aldení Gomes de Araújo Júnior

Faculdade Católica Santa Teresinha

Caicó-RN

<http://lattes.cnpq.br/3137075552601023>

Luan Alexandre da Silva Dantas

Faculdade Católica Santa Teresinha

Caicó-RN

<http://lattes.cnpq.br/2540864435454152>

Vanessa Amancio da Silva

Faculdade Católica Santa Teresinha

Caicó-RN

<http://lattes.cnpq.br/4853123526306578>

Hiorrana Larissa da Silva

Faculdade Católica Santa Teresinha

Caicó-RN

<http://lattes.cnpq.br/1038651952767178>

Flaviana Fernandes Martins

Faculdade Católica Santa Teresinha

Caicó-RN

<http://lattes.cnpq.br/2607523374011133>

RESUMO: O artigo traz como abordagem os estudos da mulher na sociedade capitalista, a partir dos recortes históricos de gênero. Baseia-se em revisão teórica, a qual se estrutura no método crítico dialético, por entender que é necessário romper a imediaticidade. Conclui-se que nas relações de trabalho ainda permeia a divisão sexual, sendo o cotidiano de trabalho feminino marcado pela superexploração.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; divisão sexual do trabalho, desigualdade de gênero.

HISTORICAL SOCIO-CLIPPINGS OF THE
DIFFICULTIES EXPERIENCED BY WOMEN
IN THE LABOR MARKET IN TIMES OF
CAPITALISM

ABSTRACT: The article brings as an approach the studies of women in capitalist society, from the historical clippings of gender. It is based on

a theoretical review, which is structured in the dialectical critical method, by understanding that it is necessary to break the immediacy. It is concluded that in the work relations still permeates the sexual division, being the daily work of women marked by the overexploitation.

KEYWORDS: Woman; sexual division of labor, Gender inequality.

1 | INTRODUÇÃO

As desigualdades típicas do sistema capitalista afetam as mais diversas esferas da vida social e, de modo particular, desencadeia as desigualdades de gênero que findam por afetar também o mercado de trabalho, o qual as mulheres são as mais prejudicadas, no que diz respeito às condições de trabalho e suas conseqüentes relações.

A sociedade tende a encaixar as pessoas em determinados papéis sociais – frutos das construções sociais de gênero -, onde historicamente o homem é colocado como sendo o provedor do lar e protetor da família, reforçando estereótipos de masculinidade; e a mulher, cabe o cuidado doméstico, a educação das crianças e a reprodução da figura feminina enquanto pessoa dócil, frágil e acolhedora.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo problematizar e refletir acerca da divisão sexual do trabalho e como isso reflete na inserção das mulheres na esfera produtiva. Uma vez que tais papéis sociais não são inatos, mas construídos historicamente e exercem coerção na vida e nas relações sociais desses sujeitos. Logo, as mulheres são as mais afetadas quando se percebe as relações no mundo do trabalho, visto que a sobrecarga de trabalho – quando se analisa o espaço produtivo e reprodutivo – é própria do capitalismo.

Diante disso, tais problemáticas e construções sociais acabam culminando nas disparidades existentes na dicotomia de gênero. Ou seja, expressam-se nos mais variados âmbitos do mercado de trabalho, tais como diferença salarial, hierarquização nas relações de trabalho, separação quanto a ocupação dos postos de trabalho, entre outros.

2 | A MULHER NO CONTEXTO HISTÓRICO

A questão da desigualdade de gênero tem suas origens desde os tempos primitivos, quando nossos ancestrais agiam em tribos sobre comportamentos mais instintivos do que racionais, pois as atribuições do homem, em sua maioria, eram ligadas à caça, pesca e segurança da tribo, devido sua maior estatura e porte físico.

Porém, ao que tange à mulher, restavam as necessidades relacionadas a agricultura e a manutenção do local onde estava, como também a parte ligada aos cuidados e seguranças à sua cria. No entanto, foi percebido nas relações primitivas que não havia, nessa época, um *ethos* social de valorização e de moralidade referente a tais atribuições, pois, conforme a necessidade, tanto o homem quanto a mulher faziam atribuições

relacionadas à caça e a parte da manutenção ou dos cuidados domésticos.

Diante disso, de acordo com Le Goff (1990), conforme a sociedade foi se desenvolvendo e se organizando com a criação da política, das cidades e conseqüentemente das novas relações sociais, a nova vida social foi adquirindo maior valor moral, onde as reflexões acerca das atribuições sociais dos homens e das mulheres passam a ser mais restritas, principalmente no que se refere à organização e participação política, como também, o misticismo ou os dogmas religiosos que passam a reforçar tal situação e característica. Sendo assim, esse comportamento se conserva desde a Idade Antiga, perpassa pela Idade Média e boa parte da Idade Moderna.

Contudo, é sabido que há exceções no que tange a exemplos de mulheres que superaram essas características, como a Rainha Egípcia Cleópatra, a qual governou o Egito por vários anos. Outro exemplo, também, são as mulheres espartanas, as quais participavam na política de forma ativa pelo fato de serem reconhecidas por sua importância na geração de novos espartanos para fins militares.

Já na Idade Moderna, Segundo Hobsbawn (1977), tempo esse que tem como característica política o absolutismo, e ainda pairava sobre este a forte força religiosa, as sucessões dos representantes das monarquias tinham como prioridade a sucessão feita por uma pessoa consanguínea de primeiro grau do sexo masculino. As mulheres consanguíneas, por sua vez, somente ascendiam ao trono quando não havia um representante real masculino em grau direto de sucessão. Assim, fazia parte da sucessão feminina ao trono a autonomia política e administrativa de realizar determinadas funções e decisões, tendo como exemplo os períodos de reinado das Rainhas ¹Elizabeth e Vitória.

Ademais, tem-se como característica também, desde a antiguidade, segundo Vanuch e Petean (2017), a diferença em relação às atribuições ou costumes sociais da mulher ocidental e oriental. Nesta última região (oriente), caracterizada pelo forte teor religioso, principalmente quando se trata do Islamismo, é impressionante o quão inferior é o status social da mulher em relação ao homem, uma vez que àquela era proibida de estudar e de participar das atividades políticas, tendo sua ação social restringida a ambientes religiosos e de atividades domésticas. Ao contrário disso, o homem participava ativamente da política e também podia praticar a poligamia, ou seja, casar com mais de uma mulher, enquanto que estas só podiam ser monogâmicas e, caso traíssem, tinham como punição o apedrejamento até a morte.

Já na Índia, de acordo com Mota (2013), caracterizada socialmente por castas, cuja religião dominante era o hinduísmo, a mulher, além dos comportamentos e atribuições sociais conservadoras que tinha, é tida como uma mercadoria devido ao fato de se casar mediante o dote, que é uma espécie de parte dos bens dos pais da noiva para a família do noivo. O que impressiona, com isso, é que esses comportamentos orientais de teor

1. O termo rainhas no plural acompanhado de Elizabeth e Vitória no singular, foi empregado no sentido de englobar as várias Rainhas Elisabeth e Vitórias que fizeram parte do trono inglês desde o início da monarquia inglesa.

religioso e conservador dessas sociedades perduram até os dias atuais.

Todavia, de acordo com Hobsbawn (1977), as Revoluções Burguesas, Revolução Industrial e a nova ordem social derivada de tais revoluções com a democracia e a cidadania resultantes disso, têm como aspectos a liberdade e universalização de direitos. É, então, a partir disso, que as mulheres começam a ter destaque social principalmente no mundo ocidental, onde começam a lutar por direitos de igualdade nas novas relações de trabalho assalariado e na política, haja vista o trabalho desigual e a exploração, pois ganhavam muito pouco em relação ao mesmo exercício laboral dos homens. Aliás, sem contar o fato de que muitas mulheres sofriam perseguições, assédio moral e sexual, o que se somou às demais indignações, resultando em movimentos de rebelião nos seus ambientes de trabalho. Isso tudo deu origem aos sindicatos, bem como iniciaram-se greves e manifestações, não só por melhores condições laborais, mas também por acesso à democracia, uma vez que as mulheres ainda não podiam votar.

Com isso, esses movimentos, ao passar do tempo, adquiriram mais força, tendo o movimento feminista como representação e organização política e social. Por isso, passou-se a buscar, através luta reivindicatória, por condições iguais ao sexo masculino, como também desmistificar a visão conservadora de submissão e subordinação do sexo feminino nas relações domésticas e de trabalho. Saffioti traduz exatamente esse contexto afirmando que:

A ideia de que a missão da mulher é o casamento e a procriação conduziu não propriamente a uma qualificação da força de trabalho feminina, mas a uma especialização que destina as mulheres das camadas intermediárias às ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectivas de promoção. (SAFFIOTI, 2013, p. 95).

Pois, é dentro do capitalismo que a divisão sexual do trabalho se intensifica, ficando explícito que é através deste que a exploração, dominação e opressão recaem com mais ênfase sobre as mulheres, inclusive mulheres pobres, haja vista o misticismo sobre seus papéis na sociedade, que seriam os já frisados no decorrer do artigo de estarem ligados aos afazeres domésticos e ao casamento, sem perspectiva para qualificações com vistas ao mercado de trabalho e a emancipação feminina. Portanto, através da exploração capitalista, que se intensificam nas atividades das mulheres e nas jornadas de trabalho onde se faz presente tais desigualdades de gênero.

Com o sistema que estamos inseridos, que é o capitalismo, a divisão sexual do trabalho é intensificada. O capitalismo usa de todo o contexto histórico que as mulheres passaram e ainda sofrem com o machismo e por serem tituladas como incapazes de trabalhar ou até mesmo pensar. Ele usa dessas estratégias para oprimir, explorar e dominar. pois o Seja de forma de redução de salários, jornadas de trabalhos mais longas ou até mesmo de oferecer condições insalubres para as trabalhadoras eles conseguem intensificar a divisão sexual do trabalho e tirar lucros extraordinários dessa situação.

3 | REPRODUÇÕES IDEOLÓGICAS DE GÊNERO

Partindo para a contemporaneidade, a família se encontra como a primeira instituição ideológica de valores que atribui papéis sociais a seus familiares, os quais devem ser seguidos. Assim, antes mesmo do nascimento, essa instituição idealiza e pratica de forma coercitiva o comportamento, valores e tipos de relações baseadas no gênero.

O papel da mulher e do homem são construções advindas dos aspectos sócio-históricos-culturais, os quais findam por demarcar seus lugares e representações na vida social. Logo, tais fatores irão determinar o que é cabível para ambos os gêneros, como forma de naturalizar comportamentos, configurações familiares e a própria reprodução desses papéis de forma a garantir a manutenção da ordem capitalista e monogâmica.

Desse modo Nascimento retoma ao seio familiar ao afirmar que:

Nesse sentido, é no seio familiar que começa a se delinear os espaços que cada um pode ou não pode fazer que na maioria das vezes, resulta em preconceitos distorcidos da realidade. Desse modo, vão sendo construídos o que é considerado “coisa de menina ou coisa de menino” separando assim, os brinquedos, as cores, as roupas, os espaços, dentre outras. (NASCIMENTO, 2015, p.03).

Esses acordos pré-estabelecidos socialmente surgem antes mesmo do nascimento dos sujeitos, ou seja, de forma a existirem antes de sua concepção. Os papéis sociais de gênero, então, surgem com a ideia de explicar e naturalizar o feminino enquanto ser frágil e o masculino como o forte, assim relatado por Santos (2010, n.p) “Que o lugar ‘natural’ da mulher é a casa, e o lugar ‘natural’ do homem é a rua. Esta naturalização da condição humana nada mais é do que uma resposta para legitimação das desigualdades sociais”.

Outros âmbitos que reforçam essas determinações sexistas são a Igreja e a escola, pois são instituições que detêm um forte poder sobre a sociedade. A Igreja repassa as atribuições e deveres conservadores aos gêneros, colocando sempre a mulher como inferior ao homem e que àquela apenas tem o dever de obedecê-lo. Já a escola, por sua vez, generaliza as características das mulheres, principalmente através dos livros didáticos, sendo elas sempre dóceis e dependentes sociais, financeira e fisicamente do gênero masculino em suas vidas, tornando-as, assim, incapazes e insuficientes.

Louro denota a complementação no âmbito cultural, assim sendo:

É, então, no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais (todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe etc). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. (LOURO, 2000, p.06).

Isto é, a construção social dos papéis de gênero atuam fortemente na vida dos sujeitos, implicando na adesão de determinado grupo onde o indivíduo sinte-se no seu lugar e reconhecido socialmente.

O trabalho do homem será sempre mais valorizado do que o trabalho da mulher. Como exemplo, temos o trabalho doméstico, onde é exigido o cumprimento de inúmeras tarefas em um só dia e que para nossa sociedade, não há muito valor por ser um trabalho que não gera tanto dinheiro, e segundo Kergoat (2007) trabalho valorizado é trabalho que gera dinheiro.

A divisão sexual do trabalho está implícita em todos os âmbitos dos trabalhos ficando-se claro, por exemplo, na falta de oportunidades às mulheres para ocuparem cargos chefes. Não se há uma confiança na capacidade de mulheres liderarem empresas, portanto, sempre se é ofertado esse emprego a homens, que se imagina nele uma pessoa forte e inteligente. Diferente do que se imagina a mulher, que seria uma pessoa de punho frágil e dócil.

Como visto, o processo de secundarização da mulher perpassa a nossa sociedade há muitos anos, e durante todo esse tempo houve inúmeras conquistas, devendo-se grande valor aos movimentos sociais. Estes, com sua força, mostraram através da educação que a igualdade de gênero é possível existir a partir de uma revolução e da resistência às imposições machistas e patriarcais conservadoras, embora ainda haja muita luta, principalmente no que se refere ao âmbito do mercado de trabalho.

Os fatos acima citados contribuem, portanto, para reforçar a ideia de que existem empregos/atividades considerados mais compatíveis para as mulheres, seguindo o pensamento sexista, os quais são tidos como mais fáceis de realizar, gerando uma desvalorização e precarização do trabalho feminino.

De acordo com Rezende o número de mulheres no mercado de trabalho restringe-se a partir da masculinidade presente a atitudes de “colaboração e suporte”:

Apesar do crescente número de mulheres no mercado de trabalho, os estereótipos sobre o papel masculino e feminino impõem barreiras para a ascensão das mulheres a cargos de poder e liderança. [...] Dentro das organizações, bem como nas relações de trabalho, a masculinidade é sinônimo de controle, desempenho e poder. Já a feminilidade é tida como sinônimo a atitudes de colaboração e suporte. (REZENDE, 2016, n.d.).

Por isso, a inserção feminina no mercado de trabalho que já é fragilizada e dificultada diante do conservadorismo proveniente do patriarcado – enquanto sistema opressor e dominador do homem sobre a mulher –, além de outros fatores que contribuem ainda mais para isso, sendo de interesse do capitalismo que tais desigualdades aconteçam. Essa realidade é, portanto, uma das expressões da divisão sexual do trabalho, a qual é extremamente útil para manutenção do sistema capitalista e sua contínua exploração da força de trabalho, em especial da mulher. Como exemplo destes fatores, tem-se as jornadas de trabalho múltiplas extensivas especialmente para aquelas que são mães e donas de casa, as quais tomam para si a responsabilidade de realizar todas as atividades sozinhas ou com a ajuda de algum familiar, ou ainda pagando alguém.

Segundo Cisne (2012) essa responsabilização aparece satisfatório ao capital, haja

vista ter – a partir da realização do trabalho doméstico – o atendimento das necessidades sociais/humanas via o trabalho (in) visível realizado pelas mulheres, como ainda, para a manutenção do capital e para o Estado, pois já que a mulher realiza atividades domésticas não-remuneradas, acaba isentando-o de criar, por exemplo, escolas de tempo integral, restaurantes populares, entre outros serviços de cunho público destinados a atender as necessidades das famílias da classe trabalhadora.

4 | A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Com o fim da I e II Guerra Mundial, o cenário que envolve o mercado de trabalho assalariado sofre também um grande impacto. Já que houve uma grande perda de possível mão de obra com a morte de muitos homens nas zonas de guerra, ampliou-se o número de vagas ofertadas para mulheres, de modo a preencher o vazio deixado pelos ex-combatentes. Mas, com isso, deu-se continuidade aos questionamentos sobre qual o real papel da mulher no meio trabalhista e o porquê de o trabalho feminino ainda ser tão desvalorizado no sistema capitalista.

Ao observar o cenário atual da inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro, é possível observar o quanto, mesmo após quase um século, sua presença é tão mal vista nesse meio. Ainda que com a ampliação dos movimentos sociais destinados à luta e à reivindicação dos direitos da classe trabalhadora e a abrangência que o movimento feminista conquistou, particularidades como: salários inferiores, a ausência de mulheres ocupando cargos mais altos e a jornada de trabalho extensiva, ainda são comumente discutidos ao pensar o sexo feminino no meio trabalhista. Mas, por que ainda vivemos neste cenário?

A resposta parece simples: o machismo, o preconceito enraizado – marcado pela secundarização historicamente característica a vida das mulheres - e disseminado por uma sociedade altamente patriarcal e conservadora, a qual molda homens e mulheres à sua imagem e os coloca uns contra os outros. Sendo assim, é com a cultura machista que expressões como “a mulher é inferior ao homem”, “mulher não é boa em cálculo”, “mulher não sabe dirigir bem”, “a mulher nasceu pra cuidar da casa e da família”, acabam permeando as mais variadas esferas da sociedade e impactando na vida de milhares de mulheres que crescem ouvindo que não são capazes de algo tão normal como trabalhar.

Diante do que foi visto anteriormente, o peso trazido pelas relações sociais é um fator altamente determinante de como homens e mulheres serão vistas/os diante da sociedade, pois tais relações pregam que como em um espetáculo da vida cotidiana cada gênero siga um papel pré-determinado e que em hipótese alguma fuja do roteiro. Isto é, já que a mulher “nasceu para cuidar da casa e da família” o que ela está fazendo ocupando uma vaga que “por direito” seria de um homem? O primeiro pensamento é que isto é algo inadmissível. O que já se preconiza através do tempo.

Diante disso, a autora Pujol traz uma passagem:

A atividade das mulheres em casa, destinada ao cuidado familiar, era muito importante, principalmente no que se refere às crianças e à educação dos filhos, uma vez que essa influência era indispensável para que eles se transformassem em trabalhadores produtivos e contribuíssem para a criação de riqueza. Para este autor, a obrigação primeira das mulheres era a de ser mãe e esposa, o que se tornaria incompatível com um emprego fora de casa (PUJOL, 1992, n.d.).

Assim, podemos fazer uma reflexão de que a sociedade já tinha uma ideia formada de qual era o papel da mulher e que o sucesso da família dependia do cuidado e tempo de dedicação que àquela fosse oferecer, tendo uma função que só caberia, única e exclusivamente a ela. Para tanto, com o novo cenário de inserção no mercado de trabalho, os empregadores não as visualizaram como trabalhadoras e muito menos dignas de receber um salário adequado e condizente com a função, pois, para eles, ali não seria lugar de mulher. Então, a precarização do trabalho seria até uma forma de desestimular a presença feminina nesses espaços, induzindo a mulher a ficar presa novamente naquela rotina de reprodutora e cuidadora do lar.

Carrasco estabelece a ideia convergente a respeito da superioridade masculina:

Nesse período, prevalecia o entendimento de que o salário das mulheres solteiras deveria ser igual ao que custa o sustento delas, mas não precisaria ser superior. O mínimo para um homem é sempre acima disso, porque para os homens o salário deve ser suficiente para sustentar a si mesmo, uma mulher e um número adequado de filhos (CARRASCO, 2008, p. 8).

Podemos visualizar, nesse contexto do capitalismo, que a figura do homem era e ainda é muito valorizada por ele ser representado como provedor de todo o sustento da família. Diferente da mulher, homens deveriam ganhar mais para suprir suas necessidades básicas e o sustento da família, porém ainda deveriam ter dinheiro para os seus momentos de lazer.

Entretanto, a mulher nunca tinha o direito de ter momentos de liberdade e lazer, sempre tinha que ser dedicada totalmente ao trabalho, pois se fosse vista em ambientes de festa ou de distração já era considerada como incapaz de exercer aquela função, assim como isso também valia para suas vestimentas, o tom da voz que ela usava ou até mesmo a cor do seu cabelo. Somando-se isso tudo, então, à desvalorização financeira e à carga horária de trabalho exaustiva, as mulheres tinham dificuldade em se manter inseridas no seu local de trabalho, tendo em vista que por trás de tudo isso ainda há a vida pessoal delas.

Dessa forma, esse padrão determinado pelas empresas, impostos às mulheres, é uma maneira de torná-las subordinadas ao emprego e ao empregador, bem como uma representação de desigualdade de gênero e machismo presente nesses ambientes.

Nesse ínterim, o capitalismo dominava cada vez mais, passando por uma economia liberal e depois não liberal, onde a desvalorização da categoria feminina crescia e era necessário o desenvolvimento de movimentos sociais, lutas de classe, pois segundo

Brandt:

À medida que o capitalismo se desenvolvia, permaneciam os preconceitos patriarcais. As mulheres ficavam em casa, eram encaminhadas a “profissões femininas”, como enfermagem e ensino, o que reforça a crença de que as mulheres, sendo menos capacitadas que os homens, só podem exercer funções extensivas de sua tendência “natural”, isto é, cuidar dos outros (BRANDT, 1995, p. 38).

É por isso que as mulheres conseguiram adquirir uma consciência de classe, diante de todo esse contexto coercitivo que viviam. Assim, conseguiram ter uma visão de totalidade e travar uma luta cotidiana em busca de direitos trabalhistas igualitários, valorização na profissão, igualdade salarial e valorização intelectual, tornando-se esses ramos da luta pautas diárias no campo de trabalho. É, portanto, a partir de tais reivindicações e movimentos que hoje temos alguns direitos preservados e garantidos, mas somente com a continuidade da luta e com o fim desse sistema opressor que as mulheres terão sua liberdade plena, seja na vida pessoal como na vida pública.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a partir da compreensão que o tema do artigo enfatiza e toda sua estruturação teórica, conclui-se que o sistema capitalista, detentor e dominador dos meios de produção, também se constitui como dominador de gênero, classes e relações sociais. Percebe-se, com isso, que há uma lógica do sistema referente à esses termos, os quais estão intrinsecamente ligados pelo fato de ser relativizado na figura da mulher, no sentido de não haver um investimento no mercado de trabalho pelo fato de terem a concepção muitas vezes de uma mulher sem criatividade. Entretanto, tornou-se uma motivação a fim de alcançar conquistas nesse meio, ainda que haja a ideia de que o homem deve ter privilégios em detrimento da mulher. Outro aspecto a ser ressaltado, também, é o da mulher enquanto figura meramente mercadológica do sistema, a qual muitas vezes é usada como marketing ao ser exibindo seu corpo e não tendo direitos resguardados de imagem, por exemplo.

O gênero caracterizado no artigo, onde está centralizada a pauta sobre a mulher, ressalta sua importância em contextos desafiadores desde os cenários primitivos, até o que fora atual como as guerras, onde houve grande procura por sua mercadoria (mão de obra), isso porque, novamente, a situação era de perda drástica de homens nas guerras.

Contudo, o intuito deste artigo esteve e está prioritariamente em submeter aos leitores a reflexão crítica sobre o que a mulher representou e representa no campo do trabalho, bem como nos demais campos aos quais está inserida, diante de suas lutas, formas de resistência e suas conquistas.

Portanto, fica a análise sucinta, porém clara, sobre a luta do gênero feminino em buscar o fim, junto com participações de outros sujeitos da sociedade, opiniões e ações de cunho machistas, onde as desigualdades perpassam, permeiam são e vivenciadas por

mulheres, constantemente nas relações de trabalho.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Vanessa; VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social: Desafios a uma abordagem crítica**. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRANDT, Barbara. **Whole life economics: revaluing daily life**. Philadelphia: New Society Publishers, 1995.

CARRASCO, Cristina. **El trabajo doméstico: un análisis econômico**. Madrid: Ministério de Trabajo y Seguridad Social, 1991.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1 Ed, São Paulo, Outras Expressões, 2012.

HIRATA, KERGOAT (2007). **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa.

HOBBSAWN, Eric J. **Era das Revoluções**. 1º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Disponível em < <https://farofafilosofica.com/2017/03/27/eric-hobsbawn-bibliografia-em-pdf/>>

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 1ª ed. Campinas: Edunicamp, 1990. Disponível em < <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

MOTA, Ilóida Manuela Augusto da. **As Relações de Gênero e o Sistema de dote Na Índia – O caso e Hyderabad**. Lisboa School of Economics & Management. 2013. Disponível em < <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6210/1/DM-IMAM-2013.pdf>>

NASCIMENTO, A. C. O. **Educação sexista: uma reprodução da ideologia patriarcal**. II CONEDU. Acesso em 28 de Maio de 2019, Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA2_ID6732_17082015170119.pdf>

PUJOL, Michele. **Feminism and anti-feminism in early economic thought**. London: Edward Elgar, 1992.

REZENDE, Grazi. **Entre o Rosa e o Azul: Uma Sociedade Regida por Papéis de Gênero**. Disponível em < <http://mundodapsi.com/uma-sociedade-regida-por-papeis-de-genero/> >

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, J.A. (2010). Gênero na Teoria Social, Acesso em 27 de Maio de 2019, disponível em UFJF: <http://www.uffj.br/virtu/files/2010/05/artigo4a5.pdf>

VANNUCHI, Maria Lúcia; PETEAN, Antônio Carlos Lopes. **Relações Sociais de Sexo e Gênero no Islã**. Universidade de Coimbra. 2017. Disponível em < <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/43889?mode=full>>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 11, 12, 13, 16, 17, 18, 25, 58, 63, 69, 110, 145, 146, 202

Adoção 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Adolescente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 83, 100, 101, 103, 107, 108, 109, 110, 165, 166, 175

Aposentadoria 175, 177, 178, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 202, 203, 207, 212

Assistência Social 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 31, 33, 44, 50, 51, 54, 57, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 82, 83, 87, 88, 89, 93, 96, 98, 129, 130, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 181, 193, 194, 201, 202, 205, 209, 211, 212, 213, 215

Ato Infracional 6, 7, 8, 9, 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 34, 35, 38, 40, 41

B

Brasil 2, 3, 4, 9, 10, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 30, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 57, 59, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 82, 83, 86, 98, 106, 110, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 143, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 171, 173, 174, 176, 178, 179, 181, 182, 190, 191, 200, 201, 203, 204, 211, 213, 214

Brasileira 2, 3, 15, 27, 44, 46, 51, 52, 67, 71, 75, 82, 95, 125, 130, 132, 134, 137, 139, 157, 158, 163, 166, 170, 177, 180, 181, 191, 201, 211, 212, 213

C

Capitalismo 5, 9, 19, 27, 82, 88, 109, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 125, 126, 132, 133, 134, 140, 154, 155, 156, 165, 174, 200, 213

Conflito 1, 2, 6, 7, 8, 9, 23, 28, 29, 125, 146, 164

Criança 2, 3, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 30, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 81, 100, 103, 110, 144, 145, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175

D

Delegacia 141, 142, 143, 144, 145, 146

Desigualdade 24, 37, 79, 82, 105, 109, 112, 113, 119, 142, 156, 157, 179

Direito 1, 3, 6, 7, 9, 12, 15, 19, 20, 35, 37, 38, 48, 51, 52, 61, 66, 68, 70, 72, 77, 79, 85, 89, 107, 109, 110, 111, 118, 119, 124, 127, 129, 138, 151, 153, 154, 156, 159, 166, 167, 168, 170, 172, 179, 180, 181, 182, 188, 201, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

E

Envelhecimento 175, 176, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 206, 207, 211, 213, 214, 215

Estado 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 48, 50, 57, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 118, 124, 125, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 140, 144, 147, 150, 151, 152, 153, 157, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 179, 181, 196, 201, 208, 209, 211, 212, 213

F

Família 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 16, 18, 20, 24, 32, 34, 38, 39, 48, 50, 58, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 94, 95, 105, 106, 109, 113, 114, 116, 118, 119, 127, 128, 146, 164, 165, 166, 167, 169, 175, 180, 182, 190, 199, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 215

Famílias 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16, 17, 18, 33, 35, 37, 38, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 108, 118, 126, 146, 163, 166, 201

G

Gênero 14, 57, 71, 78, 80, 100, 109, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 131, 134, 139, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 212

I

Idoso 176, 179, 180, 185, 190, 191, 198, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

Institucional 4, 11, 12, 13, 16, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 90, 91, 92, 93, 124, 165, 167

L

Lei 1, 2, 6, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 18, 19, 23, 28, 29, 30, 40, 41, 45, 46, 49, 50, 51, 64, 69, 70, 74, 86, 87, 100, 107, 110, 127, 129, 130, 133, 136, 137, 139, 143, 147, 155, 156, 157, 162, 164, 165, 166, 167, 174, 176, 179, 190, 191, 199, 205, 207, 209, 210, 212, 213, 214

M

Mãe 54, 58, 72, 78, 102, 107, 119, 162, 164, 166, 167, 169

Medida 4, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 68, 97, 116, 120, 124, 134, 135, 136, 143, 145, 185, 200

Mulheres 46, 54, 62, 78, 104, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 182, 194, 200, 201, 206, 211, 215

P

Política 1, 2, 5, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 40, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 96, 104, 107, 110, 114, 115, 124, 127, 130, 132, 133, 134, 136, 139, 143, 151, 153, 159, 162, 164, 165, 167, 168, 171, 174, 176, 179, 181, 182, 190, 191, 193, 194, 201, 202, 203, 210, 212, 213, 215

Política Pública 15, 68, 69, 70, 89, 130, 143, 210

Prática 1, 13, 19, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 34, 37, 60, 63, 74, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 123, 126, 144, 170, 171, 172, 175, 181

Prisional 133, 136, 137, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158

Promoção da Saúde 42, 45, 49, 50, 178

Q

Questão Social 4, 6, 7, 9, 10, 14, 24, 27, 32, 39, 56, 59, 60, 61, 66, 67, 77, 80, 82, 85, 86, 88, 89, 98, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 160, 168, 170, 173, 179, 201

R

Rede 13, 14, 17, 18, 33, 34, 36, 37, 38, 43, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 91, 92, 93, 94, 102, 103, 109, 123, 129, 130, 131, 143, 167, 169, 173, 189, 210, 215

S

Saúde 5, 14, 15, 17, 19, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 93, 96, 100, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 124, 129, 130, 131, 136, 139, 143, 144, 150, 155, 157, 161, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 177, 178, 179, 181, 188, 189, 191, 194, 195, 201, 202, 203, 206, 209, 210, 212, 214, 215

Serviço Social 1, 10, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 40, 41, 42, 53, 55, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 109, 110, 111, 121, 132, 133, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 160, 161, 169, 174, 177, 191, 193, 206, 215

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 111, 113,

114, 115, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Sociedade 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 19, 24, 27, 28, 32, 37, 39, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 59, 60, 62, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 89, 94, 95, 96, 97, 104, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 142, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 176, 177, 179, 180, 181, 185, 187, 189, 191, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 207, 208, 211, 214

Socioassistencial 33, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 70, 71, 87, 167, 169, 215

Socioeducativa 13, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40

Sujeito 6, 23, 25, 30, 43, 44, 47, 49, 50, 57, 68, 73, 74, 108, 124, 125, 136, 154, 162, 177, 178, 181, 187, 189, 200

T

Trabalho 3, 4, 5, 7, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 105, 110, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 149, 152, 154, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 168, 169, 172, 173, 175, 177, 178, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214

V

Violência 1, 7, 10, 12, 22, 25, 27, 34, 35, 36, 38, 43, 44, 45, 47, 52, 60, 62, 67, 71, 92, 95, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 151, 154, 159, 208, 215

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020